

## 2. O não- anteposto a nomes: abordagens, conceitos e problemáticas

Este capítulo apresenta o tratamento dado à forma **não-x**, tanto em algumas gramáticas tradicionais como nas propostas sustentadas por diversos autores que se preocuparam com a questão. Com este objetivo, apresentaremos inicialmente algumas reflexões sobre determinadas noções referentes à formação de palavras que consideramos necessárias para a compreensão das análises até então realizadas sobre o objeto de estudo da presente pesquisa. Estas noções incluem o conceito de palavra, bem como os dois macro-processos de formação lexical na língua portuguesa: a derivação e a composição.

### 2.1. Palavra?

Persiste certo entendimento geral de que o **não** atua unicamente como advérbio de expressão negativa ou como substantivo que denota negação ou recusa enfática, como no exemplo: “Diante de meu pedido, ouvi apenas um não”. A análise de construções contendo adjetivos e substantivos acompanhados do **não**, porém, indica que essa classificação geral se mostra insatisfatória nos referidos casos. Ao verificarmos as obras que trataram do **não-x**, constatamos que raras vezes há concordância sobre o assunto. As duas versões do dicionário Houaiss pesquisadas apresentam disparidade marcante, visto que em uma delas o **não-** é tratado como prefixo, enquanto na segunda a formação é citada tão somente como um “elemento composicional”.

Nas gramáticas pesquisadas as divergências a respeito do assunto também persistem, sendo apresentadas, por vezes, explicações discrepantes em edições distintas das obras. As abordagens de autores que investigaram o tema sob uma ótica não tradicional revelam, destarte, visões incontestavelmente diferentes entre si. Afirmamos, diante dos textos analisados, que são quatro as abordagens

observadas, podendo ser expressas objetivamente sob as seguintes proposições: 1) **não-x** é de natureza composicional, 2) **não-x** é formado de acordo com os critérios da prefixação, 3) **não-x** é omitido, isto é, não mencionado e por fim, 4) em alguns casos **não-x** constitui novo item lexical, mas, em outros casos, o fenômeno não acontece.

A última abordagem mencionada, que consideramos de cabal importância para o entendimento do tema, levanta uma questão interessante, a delimitação das unidades lexicais, tópico que comportaria por si só um estudo aprofundado, dada sua complexidade teórica. Isso porque a noção do que seja uma palavra, embora aparentemente óbvia e intuitiva, apresenta, sob o aspecto lingüístico, facetas que tornam menos nítidas as fronteiras entre o que é ou não um novo item lexical. A pergunta é relevante na medida em que advém de uma constatação por sua vez intrigante: embora na fala haja uma junção natural dos diversos elementos lingüísticos, o que à primeira vista tornaria as palavras uma massa amorfa ou caótica, assume-se que os falantes possuem uma percepção mais ou menos clara sobre as unidades menores presentes em cada língua.

A intuição do falante quanto à existência de palavras é fato; no entanto, o problema da caracterização das palavras sob a compreensão dos estudos científicos permanece. Isso porque tais unidades podem ser definidas sob diferentes aspectos. A saber: a) como uma unidade fonológica, b) como elemento mínimo de estrutura sintática c) como item vocabular dotado de significado(s), ou d) um conjunto de determinações de uso. ROSA (2006: 84) após breve explanação sobre cada um dos aspectos mencionados acaba por concluir que palavra é “uma abstração gramatical”. Perini reconhece a importância dos estudos lexicais e chama a atenção para o fato de que esta área da lingüística não encontra lugar dentro da perspectiva gramatical: “o léxico não pertence a nenhum dos componentes da gramática (fonológico, morfológico, semântico, sintático); antes é o lugar onde todos os componentes se cruzam, depositando a informação idiossincrática” (PERINI, 2007: 345). A pergunta persiste, então, entre os estudiosos do léxico, sem uma resposta unânime: “surge, portanto, não apenas uma questão teórica, mas igualmente um problema fundamental de análise: que unidades deverão ser consideradas como palavras, a partir de que critérios, como definir e justificar as marcas pertinentes” (BASÍLIO, 1999: 09).

Dentro do objeto de nossa pesquisa, a reflexão é engendrada a partir da conclusão conferida por alguns dos autores estudados: o **não-x** nem sempre constitui novo item lexical. Excluem-se esses elementos do rol das novas formações devido a justificativas de ordem gramatical verificáveis, uma vez notado que em muitos casos a forma em questão revela estruturas sintáticas predominantes. Outros autores, por sua vez, se restringem a classificar todas as ocorrências **não-x** como itens lexicais novos formados por um único processo – ou a derivação ou a composição. Julgamos, por isso, que se fazem necessárias maiores explicações sobre esses processos.

## 2.2. Derivação e Composição

As gramáticas e os estudos lingüísticos são mais ou menos unânimes em enumerar como sendo os possíveis processos de formação de palavras em nosso idioma: a derivação, a composição e a abreviação, podendo ser incluídos também o hibridismo, a reduplicação e as siglas. No entanto, os dois primeiros processos citados – a derivação e a composição – são mais abrangentes e predominantes na língua em detrimento dos demais. Na derivação, acrescentam-se afixos (prefixos ou sufixos) a um radical, enquanto a composição é resultante da combinação de dois ou mais radicais livres e/ou presos. Interessa-nos verificar tão somente as características destes dois macro-processos, na medida em que figuram como explicações possíveis para o fenômeno das construções **não-x**, consoante propostas apresentadas pelos autores estudados.

As fronteiras que delimitam os dois processos, contudo, são por vezes confusas. Comumente diz-se que na derivação ocorre a anexação de um elemento não independente (o afixo) a outro independente (forma ou radical livre), enquanto na composição combinam-se duas ou mais formas livres ou independentes. Mas estes critérios geram questionamentos. Como, por exemplo, classificar palavras como agronegócio ou ecossistemas? E como tratar formas tradicionalmente classificadas como prefixos que, ao contrário dos demais afixos existentes, podem apresentar uso autônomo na língua, tais como contra-, entre-, sobre-? Alguns optam por classificar esses tipos de prefixos como casos de composição,

umentando, assim, as dúvidas quanto à classificação mais adequada para tais formações.

Não adentraremos detalhadamente nesta polêmica, porém, ressaltamos que reside aí um problema de categoria. Ora, cientificamente concebemos categoria como um conjunto de elementos de características análogas. O grande problema é que nem sempre os objetos estudados se encaixam com perfeição em um compartimento doutrinário especificado, possuindo por vezes idiossincrasias relevantes. Isto é o que de fato ocorre com os objetos lingüísticos apresentados, que se postam diante de uma dificuldade em se estabelecer um mesmo padrão, apesar das semelhanças incontestáveis. Esse, aliás, é uma problemática recorrente nos estudos lexicais, conforme nota Basílio:

O problema central no estudo da formação de palavras é o fato de que encontramos no léxico formações regulares ao lado de formações cristalizadas, onde podemos observar uma enorme variação de estágios de não-regularidade, desde as pequenas sub-regularidades e desvios até a irregularidade total. (BASÍLIO, 1987: 20)

Outra questão notável dentro dos estudos lexicais se refere a lexias cujos significados não parecem previsíveis ou consonantes aos processos de formação tradicional<sup>2</sup>. Neste sentido, um neologismo como *desengravidar*<sup>3</sup> é inteiramente apreensível, embora não disseminado, pois seu significado pode ser facilmente compreendido dado o sentido imediato suscitado pelo prefixo *des-* em contacto com o verbo engravidar. Note-se, porém, que palavras menos previsíveis continuam sendo formadas.

Observamos assim que o léxico, embora dotado de características que o definem dentro da imprevisibilidade, também possui aspectos que o situam dentro de uma ordem. Ou seja, as formações de novos itens podem ocorrer conforme algumas regras ou parâmetros razoavelmente definidos, a partir da soma de certos morfemas a uma palavra já existente. A presença de morfemas com significados prévios mais ou menos singulares – os afixos – facilita o falante quanto à compreensão e à formação dos elementos. Os estudos do léxico, portanto, reve-

<sup>2</sup> “Queremos dizer que como o léxico é um depósito de signos, uma lista de entradas lexicais, além de um conjunto de regras que definem a classe das palavras possíveis na língua, então é teoricamente possível (e ocorrente na prática) a situação em que encontramos na lista uma construção que não é prevista como possível no componente de regras” (BASÍLIO, 1987: 25)

<sup>3</sup> Ouvi este registro em um diálogo e perguntando ao falante sobre o uso do termo, o mesmo explicou que sua amiga havia “desengravidado” naturalmente e que preferia utilizar este termo por considerar aborto uma palavra de cunho negativo, isto é associado à prática clandestina e criminoso em nosso país.

lam a previsibilidade contida na derivação e na composição, na medida em que se busca analisar as formações considerando-se a relação entre itens lexicais. Mas por outro lado, a derivação não é totalmente sistemática, pois nem todos os verbos comportam formações a partir da adjunção do prefixo des-, por exemplo, o que, aliás, não ocorre com nenhum outro afixo. Existe “infeliz”, mas não existe “incontente”. Essas são algumas das reflexões prévias referentes ao assunto. Visto que a derivação será matéria tratada em nosso próximo tópico, pretendemos somente então apresentar outras considerações que julgamos oportunas.

### 2.2.1. A Derivação

A derivação, segundo as gramáticas consultadas (AZEREDO, BECHARA e CUNHA), é o processo pelo qual um nome existente origina um novo vocábulo por meio do acréscimo de morfemas, chamados de afixos, a um radical livre ou, menos freqüentemente, a um radical preso. Os afixos recebem o nome de “prefixo” quando se somam ao início de palavra já existente e são “sufixos” quando a junção ocorre no fim da palavra. Assim, em refazer, **re-** atua como um prefixo, na medida em que se antepõe à base durante o processo de formação de nova palavra. Já em figurinista, **-ista** é um sufixo.

Hoje se sabe que os afixos contêm significados anteriores que modificam a base, possibilitando novas formações. O prefixo **pré-**, por exemplo, adjunge o sentido de anterioridade, **anti-** contém a idéia de contrariedade, etc. Essa constatação ajuda a explicar o léxico do ponto de vista do falante: não criamos palavras novas e completamente diferentes a cada vez que precisamos nomear um objeto porque a linguagem é um sistema que busca atingir o máximo de eficiência. A economia possibilita a criação por meio de um número reduzido de elementos na memória do falante.

A idéia de que os afixos possuem significados prévios é utilizada também por aqueles que excluem a prefixação do processo de derivação. O argumento, porém, é distinto e considera que os prefixos atuaram diacronicamente como preposições ou advérbios, contendo, por isso, significados tais como as formas livres. CÂMARA JUNIOR (1976/1977) utiliza deste argumento alegando que os prefixos seriam variantes presas das preposições. Antes de Câmara Junior, SAID

ALI (1964), que já havia distinguido em sua gramática a prefixação da composição, classificou a primeira como pertencente aos processos de derivação. O gramático reconheceu a veracidade da análise diacrônica; no entanto, notou que a proposta não é válida para diversos prefixos, dotados de significado, porém sem existência livre no português, como o **re-** e o **des-**. Said Ali chama atenção para o fato de que o sufixo – **mente** foi igualmente utilizado como palavra isolada, e que a classificação dos casos de prefixação como composição teria que levar em conta tal fato. Esse autor, porém, não descartou as dificuldades em estabelecer certas distinções quanto à derivação e à composição.

Essas questões incitadas pela abordagem diacrônica parecem mais ou menos encerradas após a já comentada concepção que releva o léxico mental do falante. O consenso finda diante de formas como *contra-*, *sobre-* e *entre-*, na medida em que esses elementos podem aparecer livremente na língua ao mesmo tempo em que são capazes de formar novas palavras tais como *entrelinha*, *sobre-aviso*, *contrabaixo*. O mesmo se repete para os prefixos *com-* e *em-*. Ademais, há o problema referente às palavras que surgem a partir de composições de formas presas como *agronegócio* [agro] e *patologia* [log], por exemplo. Persiste igualmente o problema de morfemas sem ligação semântica, como o morfema – *fer* que aparece em palavras como *defer*, *prefer*, *infer* (*inferir*, *transferir*, *deferir* são alguns exemplos em português). A formação desses vocábulos permanece sem uma explicação satisfatória.

Ainda com relação à derivação, perdura a controvérsia morfologia derivacional versus morfologia flexional. A polêmica já se fazia presente na gramática de Varrão, que distinguiu, antes do século I a.C, a *declinatio voluntária* da *declinatio naturalis*, rotulação que corresponde ao que hoje chamamos derivação e flexão. De fato, há similaridade entre os dois processos, visto que ambos são de natureza afixal. As diferenças, todavia, são marcantes: na flexão a junção do afixo à base cria novas formas de um item, enquanto na derivação, um novo item lexical é formado. Queremos dizer com isso que na flexão surgem formas de tempo, número, pessoa etc, para o mesmo item lexical, como nos exemplos “*fumei*”, de “*fumar*” (flexão da primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo em verbo de 1ª conjugação), “*peçoas*”, de “*peço*” ( o –s marca o plural), dentre outros. Na derivação, por sua vez, novas palavras surgem tais como “*reler*” (*re-+ler*), “*nitidamente*” (*nitid-+a+mente*), etc. Há que se lembrar, ainda, que a

flexão é previsível, ainda que haja formas irregulares, enquanto na derivação não há expectativa de previsibilidade total de forma.

Outro conceito problemático dentro da caracterização dos prefixos diz respeito à taxonomia “prefixóides”. Duarte (2008) busca refletir sobre as diversas definições dadas a este possível fenômeno lingüístico. A investigação do autor resulta em concluir, após verificar as distintas definições existentes até a data de sua pesquisa, que os critérios presentes na literatura seriam:

- a) a mobilidade distribucional, a exemplo do que ocorre com *filo*, que pode ocupar a primeira ou a última posição no vocábulo: *filo-germânico/germanófilo*;
- b) o da correspondência entre elemento truncado e elemento pleno, a exemplo de *tecno* e *técnico* em *tecnocracia* e *eletrotécnico*, respectivamente.
- c) o da correspondência material entre forma livre e forma presa, a despeito da diferença distribucional entre uma e outra, como em *sobre*, preposição (*voar sobre a cidade*), e *sobre*, elemento prefixado (*sobrevoar*).
- d) a estabilidade semântica dos prefixóides é maior em relação à dos prefixos, (...). (DUARTE, 2008: 102)

Citando vários autores, Duarte relembra que os critérios são um tanto divergentes e que a categoria “prefixóides” acabou por se tornar um depósito de formações, que ainda se encontram em processo de investigação. Quando fala da partícula *filo*, que ora ocorre no começo e ora no fim da palavra, Duarte expõe uma interessante dúvida: “Por que não sufixóides?” (Idem: 106)

O **não-** tem sido tratado majoritariamente como um prefixo nos estudos recentes da língua, segundo veremos mais adiante, ao curso deste trabalho. No entanto, existe um posicionamento minoritário que classifica o **não-x** como uma forma composta. Sendo assim, trataremos brevemente desse outro processo de formação.

### 2.2.2. A Composição

Os autores estudados (AZEREDO, BASÍLIO, BECHARA e CUNHA) são concordantes quando definem a composição como processo que envolve a junção de duas palavras ou radicais distintos, sem a presença de elementos fixos. Embora a maioria das gramáticas não se refira às questões semânticas que envolvem a questão, vale lembrar que na composição o significado da palavra for-

mada extrapola o significado das partes e se caracteriza por sua previsibilidade, constituindo, por isso, um mecanismo de expansão lexical (BASÍLIO: 2000).

Cunha e Cintra (1999:104) classificam a composição em três diferentes níveis:

a) quanto à forma, os elementos de uma palavra composta podem estar justapostos, conservando cada um a sua integridade, como em varapau ou em sempre-viva; ou aglutinados, caso em que se subordinam a um único acento tônico e sofrem perda de sua integridade fonética, como em planalto ou aguardente.

b) quanto ao sentido, distingue-se numa palavra composta o elemento determinado, que contém a idéia geral, do elemento determinante, que encerra a noção particular. Assim, em guarda-florestal, o termo guarda é o determinado e, florestal, o determinante.

c) quanto à classe gramatical dos seus elementos, uma palavra composta pode ser constituída das combinações de substantivos com outros substantivos, como também com adjetivos, verbos, numerais, pronomes e advérbios; de adjetivos combinados com outros adjetivos; de verbos combinados com outros verbos; de advérbios combinados com verbos ou com outros advérbios e, ainda, combinações por vezes curiosas, como maria-vai-com-as-outras ou tomara-que-caia.

Se nos focarmos, neste momento, no último item citado, notamos que o mesmo abarca contestações. BASÍLIO (2000) postula que palavras como “Maria-vai-com-as-outras”, “sempre-viva” e “bem-te-vi”, às vezes tratadas pelas gramáticas como compostos por conterem mais de um radical, são construções sem produtividade na língua. Para a autora, portanto, nem todas as palavras que apresentam mais de uma palavra em sua constituição devem ser consideradas compostas. É possível, se seguirmos o raciocínio da autora, imaginarmos que formações semelhantes à Maria-vai-com-as-outras podem constituir casos de sentenças lexicalizadas, devendo ser tratadas de forma distinta, diante dos aspectos sintáticos peculiares que possuem. Bem-te-vi, por outro lado, pode ser enquadrado como um caso de onomatopéia se pensarmos que o nome da ave se assemelha enormemente ao som que a mesma produz. De todo modo, importa ressaltar que

tais casos merecem maior atenção e estudo antes de serem enquadrados genericamente ao lado das formas compostas mais comuns.

Para BECHARA (2005), a individualidade das palavras compostas com radicais livres se explica pela escrita, na medida em que haveria justaposição de um radical a outro, normalmente separados por hífen; e pela pronúncia, uma vez que cada radical possui acento tônico próprio, sendo o último o mais forte e o que nos orientaria na classificação da posição do acento nas palavras compostas. Mas para CAMARA JUNIOR (1976/1977), não é apenas o acento e a escrita que determinam os compostos como novas palavras, mas também o significado, isto é, a unidade semântica gerada quando da junção dos dois elementos.

A respeito dessa questão, a definição de BASÍLIO (1987:29) – “a composição é um processo de formação de palavras que utiliza estruturas sintáticas para fins lexicais” –, é bastante interessante na medida em que dá conta de certa característica existente por trás dessas formações e nota que “cada base tem um papel definido pela estrutura” (IDEM), ou seja, em compostos do tipo substantivo+substantivo, o primeiro é sempre núcleo e o segundo modificador, enquanto que em compostos verbo+substantivo, o último atua como objeto direto do verbo, etc. Em casos como social-democrata, latino-americano, por exemplo, a ordenação entre os termos é clara, não deixando dúvidas quanto à função sintática subjacente.

Diante dos dados apresentados, fica claro que a derivação e composição se distinguem pelos aspectos estruturais, mas também semânticos, já que o primeiro processo modifica a palavra base por meio de noções gerais contidas nos prefixos, enquanto que na composição há idéias mais particulares geradas após a junção das palavras, o que gera mesmo um afastamento entre o produto e os fatores iniciais. No geral, uma das características marcantes do processo de composição é justamente a singularidade das formas geradas, isto é, as formas normalmente não se aplicam a diversas bases. Basílio nota, no entanto, que embora a composição possua um aspecto particularizante, é inegável a existência de formas que se repetem, chamadas pela autora de “formas constantes”. Podemos citar a forma **porta-** em que os já canonizados “porta-lápis”, “porta-jóias”, “por-

ta-retrato”, e as novas formações “porta-treco” e “porta-puzzle”, convivem com as já desusadas “porta-seios”<sup>4</sup> e “porta-novas”<sup>5</sup>.

É daí que surgem as dúvidas quanto a formas como macro-, mini-, auto-pseudo- e multi-, aparentemente similares às composições, são formas bastante produtivas e com larga utilização no processo de criação lexical, e não poderiam por isso serem tratadas como formas presas nesses casos. No entanto, é notável que tais elementos parecem ser radicais, o que acaba por deixá-los ainda sem classificações definitivas: afinal, seriam prefixos ou casos de composição mais similares às formas constantes?

Essa problemática persiste quando verificados outros elementos, em geral analisados como prefixos, que também atuam igualmente como raízes, já que funcionam como formas livres ou dependentes. São itens que subsistem como preposições ou advérbios, produzindo palavras novas. Os itens destacados em **menosprezar**, **sobreviver**, **maldizer**, **contra**-revolução, **bem**-amado como possíveis formas livres, seriam advérbios e poderiam formar palavras compostas. Como formas dependentes, isto é, como vocábulos conectivos, os mesmos passam a ser preposições. O **não**- é, muitas das vezes, citado junto às citadas formas quando discutidas as problemáticas referentes à categorização das mesmas.

Outra questão refere-se à dicotomização entre justaposição e aglutinação. Retornando à gramática tradicional, notamos que de acordo com a definição geral dos autores já mencionados, a composição pode se dar de duas maneiras. Uma delas é pela união das bases de forma que há perda de fonemas e os dois termos passam a ser lidos/falados com um único acento tônico tal como ocorre em **planalto**. Esses casos são chamados de aglutinação. São possíveis ainda as formações por justaposição, quando os elementos que compõem o novo item mantêm seu registro fonético original como acontece em **passatempo** e **bolsa-família**. Essa definição corresponde aos já citados itens a) e b) extraídos de Cunha e Cintra.

Há, todavia, teóricos que defendem que as distinções entre aglutinação e justaposição se referem a conceitos fonológicos; afinal, em formas como **planalto** ocorre restrição vocabular devido à mudança da acentuação e da eliminação

---

<sup>4</sup> Sutiã.

<sup>5</sup> 1. Indivíduo que gosta de transmitir novidades, levar e trazer notícias; novidadeiro. 2. Derivação: por extensão de sentido. Uso: pejorativo. Indivíduo bisbilhoteiro, mexeriqueiro, abelhudo (Fonte Houaiss Eletrônico).

ou substituição de fonemas, gerando uma única nova palavra. A constituição de um novo vocábulo fonético, segundo essa análise, ocorreria também de forma semelhante na derivação (excluindo a prefixação) sob o ponto de vista fonológico, já que em **formoso**, por exemplo, há igualmente a elisão<sup>6</sup>. Desse modo, derivação e composição por meio de aglutinação seriam processos opostos à justaposição uma vez que aí persistiria a separação fonética das formas. Essa questão esbarra na postulação de que a prefixação seria mais bem tratada se classificada junto ao processo de composição.

Naturalmente não nos debruçaremos sobre todas as dificuldades aqui apontadas, uma vez que ensejariam um estudo aprofundado que foge à dinâmica de nossa pesquisa. Pretendemos analisar no capítulo subsequente qual dos dois processos melhor explica os casos formados por **não-x**. Para tal, apresentaremos em seguida os argumentos e as justificativas apresentadas pelos autores que estudaram o assunto, tomando por base o conceito tradicional adotado pelas gramáticas quanto à conceituação do que seja a prefixação e a composição.

### 2.3. O não- anteposto a nomes, suas abordagens e uma não- abordagem

Consoante já mencionado anteriormente, persiste na literatura certa contenda no que se refere à classificação do **não-** anteposto à palavra com o intuito de engendrar novo item lexical, ou seja, há discordância por parte de alguns autores, enquanto em outras circunstâncias o tema sequer é tratado. Nesse tópico apresentaremos as diversas abordagens existentes.

#### 2.3.1. As abordagens lexicais e semânticas sobre o não-x

Nas gramáticas consultadas, notamos que as formações constituídas pelo **não-x** seguem praticamente despercebidas na medida em que geralmente são

---

<sup>6</sup> Figura de dicção em que duas vogais distintas se reduzem à segunda (apaga-se a primeira).

brevemente apontadas de maneira confusa e às vezes sequer são mencionadas. Devemos lembrar que a abordagem desses fenômenos é possivelmente alheia à gramática tradicional como nos lembra HENRIQUES (2007: 111): “Poderíamos questionar se, entre os objetivos das gramáticas tradicionais deve-se incluir muito mais do que a descrição, enumeração e exemplificação dos fatos da língua”; o autor completa: “(...) a formação de palavras é tema que requer maiores cuidados por parte dos estudiosos”. (idem)

Destarte, se em antiga edição de CUNHA E CINTRA (1983 apud DUARTE, 1999-A: 67) o **não-** figura como composição de natureza adverbial, em edições posteriores o exemplo é excluído, à semelhança do que ocorre em Bechara com sua Moderna Gramática, na qual o **não-** não é arrolado na lista de prefixos do português e tampouco é enquadrado na definição de composição. Azeredo (2009), por sua vez, elenca o **não-** na lista de prefixos ou prefixóides produtivos que formam um grupo heterogêneo. O autor não distingue quais dentre os elementos apresentados devem ser considerados prefixos e quais devem ser prefixóides e limita as palavras formadas pelo **não-** a um único sentido: o de negação. Azeredo reconhece a produtividade da forma, sem, contudo, apresentar uma explicação mais satisfatória para esta afirmação.

Embora a última versão do dicionário Houaiss tenha eliminado todas as formas antes grafadas com **não-x** por motivos de condensação e para se adequar às normas propaladas pelo acordo ortográfico de 1990<sup>7</sup>, o mesmo dicionário em sua primeira edição deu bastante destaque ao fenômeno, dedicando-lhe um verbete assaz extenso e registrando pelo menos 44 formas deste padrão. O dicionário se vale de pesquisa histórica sobre a formação a fim de justificar a profusão da mesma. Tal aumento se comprova pelo fato de que o registro de ocorrências distintas seguindo o modelo **não-x** se intensificou com o passar dos anos, uma vez que em 1931 Gonçalves Viana registra apenas duas formas construídas segundo este modelo, ao passo que em 1956 já são nove as formas registradas por

<sup>7</sup> A nova edição do dicionário Houaiss apresentou o seguinte texto como justificativa: “(...)por consenso com a ABL, este dicionário passou a registrar as demais palavras compostas com não como locuções; o Acordo Ortográfico de 1990 não menciona regra para esse uso” (Houaiss Eletrônico – versão 1.0). Quanto à ortografia referente à redação deste trabalho, optamos por não adotar as normas ditadas pelo Acordo. Ressaltamos que nossa opção se deve exclusivamente à data do início de nossas pesquisas – anterior à vigência das novas regras – e não possui, portanto, qualquer caráter político.

Rebello Gonçalves, número que aumenta para mais de 50 em 1981, segundo dados extraídos do Vocabulário Ortográfico (Apud: Houaiss 2001: 1994).

A primeira edição do dicionário Houaiss, porém, associa o fenômeno a um típico caso de influência da língua inglesa e até mesmo da francesa:

(...) a explosão, em português, dessa averbação é seguramente provinda da prática que está modernamente ocorrendo (depois de 1945) em francês e inglês em que o elemento *non* é vivido como prefixo latino, sem conexão semântica e morfológica com os recursos de negação das línguas em causa. (Idem)

O referido dicionário descreve o **não-** como sendo caso de prefixação de influência estrangeira, se calando quanto às possíveis facetas semânticas. A hipótese do anglicismo, isto é, a prerrogativa de que estas formações seriam decorrentes da influência moderna da partícula inglesa *non-*, já foi, no entanto, devidamente contestada. Estudando dez obras do período arcaico, CAMPOS (artigo sem data/ 2004) encontra duas formas que correspondem ao padrão **não-x**, em textos dos séculos XV e XVI, respectivamente: **non animado** e **nam acabado**. A baixa ocorrência do **não-** em detrimento a outros prefixos de negação nos textos históricos demonstra, mais uma vez, o crescimento da atuação desta forma (IDEM, 2004). Não é impossível, no entanto, que o anglicismo tenha exercido algum tipo de influência, o que, contudo, não argumenta contra a necessidade de estudarmos os expressivos desdobramentos do fenômeno nos dias atuais. Lembremos, ainda, a interessante conclusão de MORENO & MARTINS a esse respeito:

Desde o século passado, no entanto, teve início a prática (também presente em outras línguas, como o Inglês, o Francês e o Espanhol) de usar o não como um prefixo negativo universal, que se acrescenta a um vocábulo já existente (geralmente adjetivo ou substantivo abstrato) para formar um antônimo perfeito. (MORENO & MARTINS. 2006: 169).

A postulação de Moreno & Martins pressupõe, portanto, que o mesmo fenômeno se difundiu não apenas em nosso idioma, mas também ganhou maior expressividade no inglês e no francês mais ou menos concomitantemente (século XX). O que importa ressaltar é que se MORENO & MARTINS classificam o **não-** como prefixo de negação, percebe-se a tendência de diversos outros autores

em concluir a questão sob o mesmo viés, o que faz certo sentido, uma vez que em português os prefixos se adjungem a uma base, conferindo-lhes significados mais ou menos pré-determinados. Alves segue essa linha de raciocínio defendendo o nexa entre esse uso e a questão da economia discursiva do falante:

Uma frase negativa, expressa por um prefixo, torna-se mais econômica do que uma construção sintática negativa. Assim, a negação lexical permite frases como ‘policiais **não-violentos**’ [grifo meu] e ‘entidades ligadas aos sem-terra’, ao invés de frases sintaticamente mais complexas do tipo ‘policiais que não são violentos’ e ‘entidades ligadas a aqueles que não possuem terra. (ALVES, 2004, p.28).

Esse pensamento apresenta-se, aparentemente viável, na medida em que, conforme Basílio (1987), o léxico possui duas funções principais: a representação conceitual e o fornecimento de unidades básicas para a construção dos enunciados. Nesse sentido, o léxico está em constante expansão sendo um lugar de interface cultural onde se armazena o conhecimento, bem como se engendram novas unidades. Reconhecer a presença de padrões lingüísticos constituídos a partir de elementos existentes no idioma é admitir também que tal mecanismo agiliza a expansão do léxico sem sobrecarregar a memória do falante. Alves, embora conclua que todas as formas precedidas por **não-** constituem nova palavra, acaba por reconhecer o aspecto sintático evidente em muitas das formações em **não-x**.

A idéia de que o **não-** atua como prefixo nos casos citados é idéia defendida por quase todos aqueles que refletiram sobre o assunto. Em sua Gramática de Usos, obra que visa a dar luz às questões pertinentes à língua viva conforme se lê em seu próprio preâmbulo, Maria Helena Moura Neves no capítulo em que fala no **não** como advérbio, também admite que o mesmo pode se comportar como prefixo em casos específicos como não-intervenção, não-fumante e não-contradição:

Elementos de valor negativo ainda não gramaticalizados como prefixos (negação) podem ser usados em posição prefixal. O elemento de negação NÃO, por exemplo, pode ter uso quase prefixal como em: as verdades matemáticas são estabelecidas apenas pela aplicação do princípio da não-contradição. (NEVES, 1999: 305)

Infelizmente a citada autora não se estende sua análise para o âmbito semântico, diferente de Menezes e Pante (2003) que, defendendo a atuação do **não-** como prefixo quando diante de substantivos e adjetivos, buscaram comprovar a existência de polissemia nessas construções, enumerando a presença de cinco significados distintos encontrado em um *corpus* recolhido em dicionários. Os significados arrolados pelas autoras são: a) Negação/idéia contrária (prefixo + adjetivo); b) Ausência/falta (prefixo + substantivo); c) Oposição/negação/recusa (prefixo + substantivo); d) Negação (prefixo + substantivo); e) Falha (prefixo + substantivo). Posteriormente as próprias autoras confessam a falibilidade dessa análise, isenta de contextualização e exemplos práticos.

Interessante ainda a análise que se vale do argumento fonológico para por em xeque a função do **não-** como formador de palavras. É que o **não** possui ditongo nasal e sua simples disposição diante de outro substantivo não o descaracteriza como palavra fonológica, mantendo-se, no plano dos sons, dois vocábulos distintos. Duarte (1999-A: 68) apercebe-se desse fato, concluindo: “Há uma nítida pausa entre **não-** e o adjetivo ou substantivo, a qual nos autoriza encarar o elemento de negação como independente do item nominal”. Basílio nota outro aspecto referente à pronúncia: as variantes do **não** quando usado em contextos sintáticos na fala. Nessas situações, constantemente nos deparamos com a variante [n`ũ] ao invés de [n`ãw], mas a própria autora reconhece o exclusivismo desse critério quanto às formas verbais: “Esta diferença, entretanto, não incide sobre a situação morfológica do **não** como modificador de substantivos e adjetivos, já que a variação fonética se limita a usos pré-verbais”. (BASÍLIO, 2000: 12)

Do critério fonológico também se valeu Pamela Alves Pereira (2006) quando fala da problemática questão, mas para ela, o fato apenas endossa sua crença de que as formações em **não-** são composicionais, pois afirma que essas formações “em nada diferem, do ponto de vista fonológico, das formações compostas como guarda-chuva e beija-flor: todas apresentam duas palavras fonológicas” (PEREIRA, 2006: 68). A solução encontrada pela autora foi enquadrar essas formações em um tipo especial de composição, no qual os elementos são fixos na posição anterior.

Utilizando um *corpus* formado por dicionário, Pereira buscou investigar as formações iniciadas por **contra-**, **mal-** e **não-**. A autora valida seu argumento

utilizando o conceito de palavra fonológica que se distinguiria da palavra morfológica. Ora, este problema já havia sido levantado por Mattoso Camara, conforme bem recorda BISOL, para quem:

(...) necessário se faz distinguir a palavra morfológica da palavra fonológica. A primeira compreende palavras lexicais, como nome, adjetivo e verbo, classes abertas, e palavras funcionais como preposição, conjunção e determinativos, classes fechadas. A segunda distingue palavras com acento e sem acento, respectivamente palavras fonológicas e clítics. (BISOL, 2004: sem numeração).

Assim, Pereira defende que os prefixos são sílabas pretônicas que se alinham à base formando com esta uma única palavra fonológica. Com isso, sua argumentação leva a crer, em um primeiro momento, que os casos estudados não-, contra- e mal- só poderiam ser enquadrados como composição, visto que não formam uma palavra fonológica única quando unidos à base. No entanto, a própria autora não ignora o fato de que no português a isomorfia nem sempre se mantém nos casos de prefixação, já que o mesmo prefixo por vezes se comporta como palavra independente e outras como palavra presa. Esta diferença fica patente nos exemplos – “posponto” em oposição à “pós-doutorado” ou ainda “pre-disposição” em oposição à “pré-vestibular”, já que nos primeiros casos de cada par citado há neutralização do prefixo que passa a se comportar como uma única palavra fonológica junto à base, fato que não ocorre nos outros exemplos citados em que a vogal média baixa é mantida, tornando a formação assemelhada a um composto.

A autora não esquece, ainda, de mencionar que fenômeno oposto ocorre com formações compostas tais como guarda-chuva em que dois vocábulos formais constituem um único vocábulo fonológico. Ao término de sua análise, Pereira conclui que **contra-**, **não-** e **mal-** são compostos de um tipo especial em que os elementos “são fixos na posição anterior” (PEREIRA, 2006: 69). Certamente a autora se refere às formas constantes de certas composições mencionadas por Basílio e já citadas anteriormente neste trabalho.

Pereira, portanto, se destaca ao defender a composição como melhor explicação para as ocorrências em **não-x**, na medida em que a maioria dos autores consultados enxerga a partícula como um caso de prefixação. Esse é o caso de CAMPOS (2001) para quem há prevalência deste tipo de formação prefixal so-

bre as formas canonizadas na língua que ele chama de “prefixos tradicionais” de negação (a-, des- in-). Utilizando 123 exemplares de um periódico, Campos montou um *corpus* composto por aproximadamente 199 ocorrências de palavras formadas por **não-**. O autor conclui que o novo prefixo surge devido a uma nova necessidade de nomeação:

Anteposto a substantivos, adjetivos e participios empregados como adjetivos, porém, como nos exemplos de 4 a 6, abaixo, observa-se que esse item lexical desempenha uma função diversa daquela que lhe é atribuída pela Gramática Normativa. Como já foi esclarecido, isso gerou a suspeita de que o não poderia estar gramaticalizando-se como prefixo de negação, ampliando os recursos comunicativos da língua, a partir da expansão dos processos de construção de antonímia, para atender a novas necessidades comunicativas da sociedade, surgidas a partir do desenvolvimento político, econômico e social, a exemplo da expressão de conceitos emergentes, como o de organizações NÃO-GOVERNAMENTAIS. (CAMPOS, 2001: 92)

Por outro lado, ele alega se tratar de prefixação utilizando para tal tanto o argumento anacrônico e diacrônico:

O não, por exemplo, atuando junto a nomes (substantivos e adjetivos), recategoriza-se: muda de categoria sintática; deixa de ser uma forma livre. Os princípios da estratificação e da divergência explicam a manutenção do advérbio não coexistindo com o prefixo não. (Idem:39)

Um aspecto inovador em Campos é a menção que faz à pragmática. À guisa de conclusão, o autor faz breve alusão a essa possível característica como influência no processo de formação, sendo o **não** “forma de abrandar o impacto que pode ser causado pela expressão do conceito oposto” (CAMPOS, 2001:149). Ainda quanto à semântica, o autor afirma ter encontrado somente um único sentido possível para o **não-** em todas as ocorrências que estudou: privação/negação/falta de. Reitera, ainda, que não foi possível encontrar em seu estudo nenhuma ocorrência em que o **não-** denotasse “ação ou processo contrário”. Vale ressaltar que nessa idéia reside uma oposição clara à postulação de Pante e Menezes (2003) que, consoante já exposto, enumeram cinco significados possíveis para esses casos e não apenas três.

Diante da delicada questão do **não-**, mais cautelosa é a posição de Basílio (2000). Enquanto alguns lingüistas não admitem que o **não-** possa ser formador

de novas unidades, encarando o elemento como mero veiculador de negação sintática, a autora postula que somente em algumas situações o processo de criação lexical de fato ocorre. Há dois casos apontados pela autora: 1) quando o elemento analisado figura entre classificações binárias em casos de adjetivos como não-euclidiano, não-alinhados, não-saturadas, ou 2) nos casos em que o **não-** se adjuge com substantivo que possui referente humano, pois aí, o **não-** adicionaria uma alteração semântica de negação sobre o nome original (substantivo ou adjetivo). No caso de **não-** precedendo formas verbais nominalizadas como não-operacionalidade, não-contenção, etc, a autora é taxativa: “dada a possibilidade de ocorrência aberta de casos de negação do fato verbal em forma nominalizada, assim como o caráter predicativo de tais ocorrências, a análise de não nesses casos como prefixo ou formador de composto não se sustenta”. (BASÍLIO, 2000: 13).

Seguindo esses passos e contestando as análises tradicionais, Duarte chega a conclusões semelhantes, porém menos definitivas. Para o autor, a questão ainda indis põe de estudos mais aprofundados e análises mais contundentes: “Uns acolhem não como marca de negação sintática, mesmo em ambiente pré-substantival e pré-adjetival. Outros o têm como formador de palavras, neste contexto, mas, ainda assim, reina dissenso” (DUARTE: 1999-A:67). Ele se preocupa em descartar a hipótese de Sandman que classifica essas formas como prefixóides, formas semelhantes aos prefixos uma vez que: “se vincula à forma livre, mas na formação tem aspecto distribucional distinto desta última” (DUARTE, 1999-A: 69). Esse tipo de critério contraria os ideais teóricos de Duarte, pois para ele o traço mais evidente para o reconhecimento do prefixóide é o emprego braquissêmico (DUARTE, 1999-B: 164), fenômeno que não ocorre nos casos aqui estudados. Assim, de forma pouco conclusiva, Duarte finda sua análise sem um ponto final:

Julgamos ser possível estabelecer que não é elemento formador de palavras, em ambiente pré-substantival e pré-adjetival. Isto, porém, por si só não basta, uma vez que não devem ser levados em conta substantivos e adjetivos marcados por foco. Também devem ser excluídos os casos em que não se antepõe a participios em orações desenvolvidas ou reduzidas em que ocorre o apagamento do verbo de cópula. (DUARTE, 1999-A: 69)

Fica claro, após essa exposição, que não são poucas as diferenças entre as abordagens apresentadas, mormente quanto às correlações semânticas predominantes nas formas **não-x**. Apresentaremos no capítulo subsequente a análise da presente pesquisa, assim como o nosso posicionamento frente à questão: “composição ou prefixação”?